

Um parque no sertão carioca. Dos anos 70 até os dias de hoje. O que mudou na conservação?¹

Annelise Fernandez*

Introdução

Sertão carioca, no passado, era o nome atribuído à Zona rural e atual Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Embora a origem do termo possa ser muito antiga e relacionada às suas características agrícolas e rurais², certamente esta denominação foi celebrizada pela obra homônima – *O Sertão Carioca*³ - de Armando Magalhães Corrêa - um naturalista autodidata - que na década de 30 descreve a fauna, a flora, a geografia e os tipos humanos que habitavam esta região.

Diversos autores⁴ têm chamado a atenção para a riqueza semântica do termo sertão, a partir da obra fundadora de Euclides da Cunha.⁵ Sertão, no texto do autor, muito mais do que apenas uma área interiorana ou pouco habitada, inaugura uma nova matriz interpretativa do fenômeno da diversidade social brasileira e do resgate de uma verdadeira brasilidade existente no interior do país, capaz de construir um projeto civilizatório autêntico para o país(SARMENTO, 1998).

Também podemos encontrar no *Sertão Carioca*, retratado por Armando Magalhães Corrêa, a poucos quilômetros da capital do país, uma realidade *sertaneja*, que, para ele, seria o retrato da maior parcela da sociedade brasileira: pobre, abandonada à própria sorte, garantia seu sustento com materiais extraídos das matas e através de uma pequena agricultura. Se por um lado, identificava os grandes prejuízos ambientais e socioeconômicos trazidos pelas práticas agrícolas extensivas e atividades extrativistas, causadoras de um grande desequilíbrio entre a cidade e o campo, de outro, identificava nestes mesmos *sertanejos*, devidamente educados e assistidos, o núcleo gerador de um modelo de desenvolvimento

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ

² Fukui apud Queiroz (1978) faz referência ao sertão de Itapeverica próximo à cidade de São Paulo.

³ Região compreendida pela região que vai da Baixada de Jacarepaguá à Pedra de Guaratiba na cidade do Rio de Janeiro.

⁴ Sarmiento, Drummond; Franco, Alves, Neves, Amado.

⁵ CUNHA, Euclides. Os sertões: campanha de Canudos, 1991.

nacional “*rumo aos campos*” que buscava integrar desenvolvimento social com a preservação ambiental.

Desta forma, ao descrever de forma detalhada os arredores da capital, Corrêa produz não só um material de grande riqueza etnográfica, mas elabora também um sertão formal no qual muitos outros sertões brasileiros podem ser pensados (SARMENTO, 1998). Sua obra, na verdade, insere-se em um contexto político-intelectual marcado por um intenso nacionalismo e desejo de modernização da sociedade e do Estado, no qual diversos temas tornam-se objeto de debate e, dentre eles, a proteção do patrimônio natural brasileiro que deveria ser implementada pelo Estado (DRUMOND; FRANCO, 2005). O que é surpreendente no livro *O Sertão Carioca*, é a existência de um pensamento pioneiro ligado à proteção da natureza, no qual a dimensão social e natural aparecem de forma integrada, através da possibilidade de educação dos *sertanejos* e realização de reformas estruturais para o meio rural.

Vale ressaltar que a partir da década de 30, mesma década em que escreve o autor, as iniciativas de dragagem das áreas pantanosas da baixada de Jacarepaguá⁶ inauguram um processo crescente de expansão urbana gerando numerosos conflitos entre grileiros, proprietários e camponeses que se estendem até os anos 60(SANTOS, 2006), acirrando, portanto, a dicotomia descrita pelo autor entre o litoral e o sertão, entre o campo e a cidade. A citação de Vianna já em 1992 revela a permanência desses contrastes:

“(...) encontramos tanto os que se aproveitaram das novas circunstâncias para lucrar com a venda de terrenos, quanto os que, como se não entendessem que mudara seu local, tentavam ferozmente conservar seus hábitos e suas posses, lutando contra as ofertas de compra de seus terrenos, sempre mais tentadoras. O preço de seus produtos não permitiria que triunfassem sobre a concorrência dos supermercados, e a agitação da vida urbana foi conquistando o espaço de suas hortas. Mas a eles devemos alguns dos traços dos bairros atuais que mais encantam moradores e visitantes, como se fossem sobrevivências de outras épocas.”

⁶ Região que faz parte do *Sertão Carioca*.

Em 1974, uma parcela significativa da região denominada *sertão carioca* torna-se Parque Estadual da Pedra Branca⁷ - PEPB. Se por um lado, a criação desta área protegida interfere e altera os usos e a dinâmica de ocupação do espaço, com o poder de nomear (BOURDIEU, 2006), e fazer existir aquilo que está prescrito, de circunscrever a região e impor novas definições de fronteiras, de outro, o Parque passa a abrigar também as inúmeras contradições e disputas materiais e simbólicas estabelecidas no processo de evolução da cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, a história da implantação do Parque da Pedra Branca, conta também a história dos processos mais amplos de ocupação do espaço urbano e das representações ancoradas aos mesmos.

No passado, Corrêa se apropria do *sertão carioca* para refletir sobre um modelo possível de nação, incorporando aquela população *sertaneja* a um projeto civilizatório, sem que ela, com isso, perdesse sua autenticidade. De forma análoga, pode-se dizer que o Parque, na atualidade, tem sido convocado por diferentes atores sociais para pensar os processos atuais de ocupação urbana do Rio de Janeiro ou traduzir os conflitos sociais ligados ao uso do solo urbano através da temática ambiental.⁸ Pretendo aqui também me apropriar do Parque da Pedra Branca, isto é, de sua história e processos de gestão, como um caso exemplar dos dilemas e desafios de implantação de uma perspectiva socioambiental⁹ nos parques nacionais ou estaduais.

Embora as determinações legais que impõem a necessidade de participação da sociedade civil nas ações ligadas à conservação ambiental, resultado das experiências e processos de luta a partir dos anos 70 e 80, comecem a exercer efeito sobre as instituições

⁷ O nome Parque da Pedra Branca é dado em referência ao ponto mais alto do município Pico da Pedra Branca localizado nos limites da área a ser protegida.

⁸ Fuks (2001, p.142) ao descrever os esquemas argumentativos ligados aos conflitos ambientais no Rio de Janeiro aponta dois temas recorrentes no contexto cultural mais amplo a partir dos quais os problemas ambientais são formulados: o primeiro é a “ordem” ou a crítica ao crescimento desordenado da cidade sobre as áreas verdes e o segundo diz respeito à administração racional do espaço, ligado ao pensamento urbanístico. Segundo o autor, o primeiro enfatiza a desordem proveniente dos modos de vida atrasados e perigosos dos grupos de baixa renda e o último critica a lógica expansiva do mercado imobiliário que avança sobre as áreas de preservação.

A análise de Fuks é pertinente para pensar a chave de leitura dos conflitos relacionados à ocupação do espaço que ocorrem na região onde se localiza o Parque da Pedra Branca, conforme sugere a manchete em primeira página do jornal *O Globo*, em novembro de 2007: “Invasões de Ricos e Pobres”, com fotos contrastivas de uma casa sofisticada e um barraco com criação de porcos, ambos estabelecidos no território do Parque.

⁹ Refiro-me a uma perspectiva da relação homem-natureza que se apóia sobre a ética ligada ao usufruto humano do meio-ambiente.

ambientais. Acredito que tais mudanças em curso ocorrerão de forma particular no Rio de Janeiro, pelas condições distintas da sua formação populacional¹⁰ e de suas instituições ambientais, de feições conservacionistas, além da reduzida legitimidade dessas populações frente à mídia e ao próprio movimento ambientalista na luta pelo direito de permanecer nas áreas protegidas. Entretanto, este trabalho pretende particularmente destacar que, está em curso, na política ambiental fluminense, a elaboração de novas perspectivas sobre a aplicação da legislação ambiental e princípios de gestão que podem oferecer novos mecanismos de participação e canais institucionais de reivindicação de direitos por parte das populações que habitam os parques. Neste sentido, o Parque da Pedra Branca, dado o elevado número de problemas e contradições que abriga, sobretudo por estar inserido em uma área urbana, pode trazer reflexões relevantes na forma como até então se pensou o tema da permanência humana em unidades de conservação integral. Ao referir-se à complexidade que envolve a administração do PEPB, a diretora do Departamento de Conservação da Natureza do IEF - RJ, assim conclui: *o Parque da Pedra Branca é o retrato do Brasil.*

O Chateau D'eau¹¹

O ato legal de criação do Parque está relacionado à continuidade de políticas públicas de proteção dos numerosos mananciais do maciço da Pedra Branca que abastecem a cidade¹², esta característica marcante do maciço, fez com que ele fosse denominado por Corrêa como *Chateau D'eau*. A criação do Parque pretendia aumentar a área protegida garantindo não somente os mananciais, mas também fazer frente ao processo de expansão urbana apontada como preocupante no estudo que deu origem a criação do Parque.

“Já na época da elaboração do estudo que levaria à sua criação, a ocupação parcial de suas áreas, em especial na vertente norte, já preocupava os técnicos responsáveis pelo trabalho em face da existência de vários fatores que acentuavam o risco de uma ocupação progressiva, tais como as crescentes facilidades de

¹⁰ Os debates e conquistas relacionados ao tema da permanência humana em unidades de conservação têm se desenvolvido a partir do conceito de populações tradicionais, que não corresponde ao perfil de grande parcela da população estabelecida em unidades de conservação na região Sudeste.

¹¹ Castelo das águas, denominação do maciço da Pedra Branca atribuída por Corrêa, no livro *O Sertão Carioca*.

¹² Em 1941, foram instituídas as Florestas Protetoras da União. Existem ao todo, dez Florestas Protetoras da União no Maciço da Pedra Branca. São elas: Camorim, Rio Grande, Caboclos, Batalha, Guaratiba, Quininha, Engenho Novo de Guaratiba, Colônia, Piraquara e Curicica. (COSTA, 2002, p.143)

acesso, a expansão urbana ao longo da Av. Brasil, a implantação, na Baixada de Jacarepaguá, do Plano Piloto de Lúcio Costa, a industrialização no Oeste do município e, principalmente, a indefinição do *status* jurídico da área.” (Programa de Trabalho para o plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Branca, 1979)

Assim, o questionamento central do texto recai sobre a pressão urbana que ameaça as encostas do maciço. Não há no documento um tom negativo à presença dos agricultores, mas a constatação que esta atividade não consegue mais fazer frente à urbanização.¹³

“As áreas de Campo Grande e a parte mais ocidental de Jacarepaguá, que abrangem igualmente encostas do maciço, caracterizam-se como zonas de transição rural-urbana, apresentando trechos de ocupação rarefeita entremeados em segmentos onde se pratica uma pequena agricultura com fins comerciais, em franco processo de decadência e sem condições de resistir à expansão urbana.” (Programa de Trabalho para o plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Branca, 1979)

A categoria Parque correspondia ao principal formato de conservação consagrado no Brasil desde os anos 30 e, há mais tempo, por outros países e agências internacionais. Neste sentido, a conservação através dos parques consagrou-se como uma forma de botar ordem no caos estabelecido pela ação humana (SIMON, 2003). Além da ameaça de escassez dos recursos naturais, a articulação entre o uso científico e de recreação aparecem como uma tensão constitutiva original no processo de criação dos parques (BARRETO, 2004), conforme pode ser constatado na citação abaixo:

“Estar perfeitamente identificado com os objetivos dos Parques Nacionais, quais sejam: proteção do clima, do solo, da água, da flora e da fauna, a fim de proporcionar possibilidade de estudo, educação e lazer à população da grande metrópole que é o Rio de Janeiro” (Programa de Trabalho para o plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Branca, 1979)

¹³ Chama atenção neste documento - Programa de Trabalho para o plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Branca, 1979 – elaborado no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a existência de um perfil agrônomo sobre a avaliação dos problemas e propostas para a elaboração do plano diretor para o manejo do PEPB. A partir do final dos anos 80/90 constata-se um crescente predomínio de um discurso técnico-científico orientado pela lógica da biologia da conservação no Instituto Estadual de Florestas -RJ.

Percebe-se também nesta citação, a linha de continuidade entre as políticas ambientais federais e aquelas que começam a se desenvolver no campo ambiental fluminense. Além de uma afinidade ideológica, há também uma transferência de uma parcela do funcionalismo federal para a esfera estadual, a partir da transferência da capital para Brasília e, posteriormente com a fusão do estado da Guanabara e Rio de Janeiro. Da mesma forma, o modelo administrativo federal inspira a organização das secretarias estaduais. Assim, por ocasião da estruturação do estado da Guanabara, tal qual acontecia no âmbito federal é a secretaria de agricultura que passa a administrar as áreas protegidas.

O processo de implantação do Parque embora tenha contribuído, não foi o principal responsável pela restrição das atividades agrícolas no maciço da Pedra Branca. Conforme foi apontado no plano de estudo do PEPB, são as transformações impostas pelas novas relações de mercado que trouxeram de forma crescente a alteração de usos e formas tradicionais de interação desses agricultores com o meio e maiores impedimentos para a manutenção das práticas agrícolas. Segundo Queiroz(1978, p.47), à medida que cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo vão se industrializando, ocorre uma verdadeira ruptura ao seu meio rural mais próximo, que não podem mais depender de uma produção agrícola rudimentar e passam a buscar em regiões mais distantes uma produção de massa através de meios de comunicação modernos e rápidos.

Contudo, a criação do Parque acaba por desempenhar um papel importante na história da ocupação do maciço e da atividade agrícola do município. Hoje, quando se busca identificar a atividade agrícola na região do maciço da Pedra Branca, uma parcela significativa desta encontra-se dentro do PEPB. A criação do Parque curiosamente foi responsável pela preservação das práticas agrícolas tradicionais que eram praticadas no maciço desde a época do *sertão carioca*. Pode-se dizer que, de forma predominante, as áreas de encosta permaneceram disponíveis para a agricultura, sobretudo, por serem áreas menos valorizadas, mas também por estarem sujeitas a uma legislação ambiental – mesmo com pouquíssimos recursos de se fazer valer – que a partir da década de 70 passou a regulamentar e inibir a ocupação do solo nas áreas do maciço e impediu de forma parcial¹⁴, a

¹⁴ Devido às dificuldades de fiscalização com o reduzido número de funcionários do PEPB.

expansão urbana nesta região. Alguns dos agricultores que ali haviam se estabelecido com suas culturas, permaneceram e progressivamente tiveram que adaptar sua produção às restrições crescentes impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela administração do PEPB, tais como a proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expandir as áreas cultivadas, de fazer melhoria nos caminhos ou utilizar meios de transporte mais modernos. Toda a produção de banana e caqui do maciço da Pedra Branca, por exemplo, é transportada ainda hoje pelos burros que sobem e descem os caminhos íngremes do maciço. Tais restrições tornam a agricultura no maciço bastante árdua e limitam as possibilidades de expansão da produção ou introdução de novos cultivos.

A idéia de reminiscência de outros tempos, resistência à pressão imobiliária e à concorrência do grande mercado são elementos acionados também pelos próprios agricultores da zona Oeste, na atualidade, para exemplificar sua situação atual - “nós não desistimos porque somos teimosos” - diz um agricultor residente na localidade do Rio da Prata¹⁵, no bairro de Campo Grande, em alusão às suas dificuldades para a manutenção de sua atividade agrícola. Contudo, a percepção da decadência e abandono da agricultura no maciço acionada pelos próprios agricultores e outros atores sociais, ganha novos contornos quando sobre elas recaem os valores do ambientalismo.

Assim, o período de março de 2001 a dezembro de 2003, uma parcela desses agricultores do Rio da Prata, aderiu ao projeto desenvolvido pelo engenheiro agrônomo Ronaldo Salek - financiado pelas Ong Rockfeller e repassado e administrado pela Ong Roda Viva - de agricultura orgânica. O aprendizado técnico-científico, institucional e a vivência de experiências possibilitou a construção da identidade do agricultor orgânico em oposição aos demais agricultores convencionais. É curioso, contudo, que na prática são poucas as diferenças entre ambos, uma vez que a cultura da banana e do caqui exige muito pouco manejo, utilização de insumos, irrigação ou agrotóxicos. A diferença essencial na rotina agrícola consiste na abolição das queimadas e do uso do carbureto para amadurecer a banana e o caqui. Diante desta constatação, alguns agricultores inseridos no projeto, se surpreenderam: *nós éramos praticamente orgânicos e não sabíamos* (LEAL, 2005, P.41). Neste sentido, tornar-se orgânico, para esses agricultores do Rio da Prata, muito mais do que uma alteração radical no seu sistema tradicional de produção, significou a modificação de

¹⁵ Praticamente, toda a atividade agrícola do Rio da Prata está dentro do PEPB.

sua leitura de mundo, através da adesão a um conjunto de preceitos e valores ligados ao ambientalismo.

Recentemente, a Plataforma Agroecológica /Farmanguinhos tem desenvolvido um diagnóstico participativo com os agricultores do maciço da Pedra Branca com o objetivo de capacitá-los ao cultivo de plantas medicinais com base em princípios agroecológicos. No processo de interação do projeto, os agricultores de diferentes localidades do maciço passaram a estabelecer entre si redes de comunicação, os agricultores da localidade de Vargem Grande criaram sua associação e um representante de todos os agricultores do maciço foi escolhido para participar da Conferência Estadual do Meio Ambiente, assim como as três associações de agricultores buscaram representação no conselho consultivo do Parque.

Neste sentido, apesar dos prognósticos de desaparecimento das atividades agrícolas no maciço, é mais interessante pensar como os agricultores da Pedra Branca lidam com a influência crescente de novas racionalidades, de valores e formas de consumo urbanos, assim como a penetração crescente de valores ambientais, alterando a sua percepção sobre sua atividade e sua própria identidade.

Os anos 70/80 foram identificados como uma espécie de marco, que aponta o início de um período de crescentes dificuldades impostas à agricultura. A partir desta época houve um processo de descenso das famílias de agricultores que buscaram se estabelecer em áreas mais baixas. Alguns preservaram seus sítios originais nas cotas mais altas, outros venderam e mudaram de atividade. Dos anos 90 para cá, tem havido uma outra tendência de ocupação, desta vez, ascendente e impulsionada por moradores de classe média e alta que compram terrenos baratos dos antigos proprietários e, por moradores de classe popular ou descendentes dos antigos moradores que buscam alternativas de moradia.

O Padre Lúcio Zorzi da paróquia São João Evangelista responsável dentre outras *comunidades*¹⁶ pela região do Rio da Prata, afirma que houve uma significativa recomposição da floresta, com a redução da prática agrícola. Mas afirma: *o Parque morreu*, referindo-se ao abandono institucional ao longo de suas três décadas de existência. E, avalia que a nova tendência de ocupação pode ser muito perigosa para a unidade de conservação, na medida em que um novo tipo de ocupação ali se desenvolva, em razão do reduzido controle

¹⁶ Termo utilizado pela própria paróquia.

da administração do Parque. Para o padre Lúcio, se hoje ainda existem áreas preservadas, isto se deve a presença dos agricultores que permaneceram no maciço.

A fala do padre é rica de significados e faz referência a determinados valores que estão em jogo quando se fala da permanência humana no PEPB, na possibilidade de conciliação / tolerância entre a cultura da banana e a conservação ambiental. De um lado há a oposição agricultura / preservação e neste sentido foi positiva a diminuição da atividade agrícola no maciço, permitindo a recomposição das matas. Entretanto, a forma como Estado implantou o Parque foi criminosa¹⁷, diz o padre, porque foi às custas do sufocamento da atividade agrícola no maciço, através da imposição legal dos agentes ambientais, sobre os agricultores.

Vista de outra forma, a agricultura no maciço entrou em decadência não apenas pela criação do parque, mas também, pelas alterações no processo de organização do sistema produtivo e neste sentido, a criação do PEPB, foi muito bem sucedida. Em primeiro lugar, porque impediu em maior escala, um outro tipo de ocupação, de caráter urbanizado, destinando as encostas do maciço para a conservação ambiental e preservou, apesar de todas as adversidades, uma pequena agricultura de caráter familiar que provavelmente não resistiria ao processo de valorização das terras na região. Em segundo lugar, porque o Estado, implantou uma área de proteção integral, sem gastar dinheiro, socializando os custos deste empreendimento aos particulares que ali detinham suas propriedades ou o controle da terra para sua subsistência.

Assim, apesar de ser concebido legalmente como área de conservação integral, o maciço que abriga o PEPB já não era um vazio demográfico na época de sua criação e ainda hoje abriga uma população diversificada e que se estabeleceu na região em diferentes momentos históricos. Além de uma população de origem camponesa¹⁸, há populações de origem urbana que buscam ali encontrar novas formas de *ruralidade*¹⁹, associadas ao maior contato com a natureza, recriando as virtudes do campo. Há também populações de baixa renda que encontram nas suas encostas, um cantinho para morar, livre do aluguel, graças à dica de algum parente ou amigo que divulga a oportunidade de aquisição de um imóvel sem comprovação do registro geral de imóvel ou cede parte de seu terreno ou moradia para a

¹⁷ Expressão utilizada pelo Padre.

¹⁸ (Carneiro, 200, p.340). Família cuja lógica da atividade agrícola é orientada pelo esforço de manter a família em determinadas condições culturais e sociais.

¹⁹ (Moreira, 2005). Novas leituras, valores e estilo de vida associados à idéia de rural.

construção de um novo andar ou um puxado²⁰ da casa. Contudo, existem também setores de classe média e alta que ali estabeleceram sítios de veraneio ou casas em condomínios de forma ilegal.

Reconstituindo de forma muito breve as medidas de implantação do PEPB, pode-se dizer que nos anos 70, elas limitaram-se a iniciativas de reflorestamento e tentativas de organizar um plano de manejo que ainda hoje está em elaboração. Nos anos 80, foi criado um corpo de agentes florestais cedidos de outros órgãos estaduais que realizavam uma escala de fiscalização por diferentes trilhas do parque. Na década de 90, por ocasião da RIO-92, é elaborado sob o comando de Darcy Ribeiro, então chefe da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Governo Leonel Brizola, o projeto Floresta Pedra Branca, com a construção de sua sede, de um horto e ações de comunicação visual.

A partir de 2003, através de mecanismos de arrecadação de recursos viabilizados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, inicia-se o projeto de revitalização do PEPB, com reformas na sede, na subsede, construção de guaritas no Rio da Prata, Vargem Grande, medidas de educação ambiental, colocação de placas, demarcando o território do Parque e produção de material informativo e publicitário.

Na atualidade, encontra-se em fase de finalização, uma nova sede na vertente Norte, na localidade do Piraquara, mas, sobretudo, o foco das ações tem se concentrado sobre a implantação do conselho consultivo e término do plano de manejo do Parque.

A partir de relatos dos moradores mais antigos, variando conforme a maior proximidade ou não da sede, das guaritas ou dos locais mais freqüentados por agentes de fiscalização, pode-se dizer que a percepção do Parque se confunde com a percepção da presença de seus agentes e da estrutura administrativa, que se dá de forma mais clara apenas a partir dos anos 90. Diante deste quadro desde sua criação, muitos moradores não tiveram sua condição fundiária regularizada e muitos outros chegaram ocupando suas encostas. Para a maioria deles, as medidas ambientais são inconstantes, mudam de acordo com cada administrador e não são sérias. Assim, por ocasião das obras de revitalização da sede em 2003, os moradores da localidade lembram que muitas árvores foram derrubadas visando a implantação de um museu, um minhocário e um bromelário.

²⁰ Puxado: acréscimo que se faz numa casa, geralmente para o quintal.

“De noite, só se ouvia o barulho da moto-serra e dos caminhões para tirar as árvores. Agora, para podar uma árvore que ameaça sua casa é uma luta pra conseguir autorização”.(Presidente da associação de moradores Monte da Paz, vizinha à sede e dentro dos limites do PEPB).

Hoje o PEPB abriga uma população diversificada. De acordo com estudos de Costa em 1996, existiam cerca de 45 mil pessoas residentes no interior do Parque. Seu processo de implantação é um exemplo de como durante muito tempo se criou parques no Brasil, a partir de critérios técnico-científicos ligados a preservação de recursos naturais ou como zonas de amortecimento entre áreas de desenvolvimento(BARRETO, 2002) ou a partir da percepção de conservacionistas atuantes na máquina pública de que era necessário aproveitar as oportunidades políticas e criar o máximo de áreas protegidas que fosse possível e, assim, garantir para o futuro a conservação da natureza. Nestas condições, muitos parques foram criados, mas sua implantação ocorreu de forma lenta e precária, sem recursos ou estrutura administrativa, acumulando uma infinidade de conflitos, em sua maioria, estabelecidos entre as populações estabelecidas nos territórios transformados em parque e seus gestores.

A consolidação de um forte imaginário ligado aos ideários da conservação através da manutenção de parques nacionais²¹, apresentados como redutos de preservação das espécies vivas, locais de tranquilidade, lazer e apreciação de paisagens naturais, fez com que, a partir desta lógica, o meio ambiente passasse a ser visto não como um campo de disputas de interesses, mas como um valor inquestionável da humanidade. A produção deste consenso construído pelo imbrincamento entre as concepções técnico-políticas, pelo discurso científico e os meios de comunicação faz com que a temática ambiental fosse apresentada de um ponto-de-vista da degradação ou possibilidade de sustentabilidade física dos recursos naturais.²² As populações estabelecidas nas áreas que se transformaram em parques, a partir deste recorte, são vistas como causadoras dos danos ambientais e não como atores de um conflito estabelecido na maioria dos casos, pela condução errada e autoritária do processo de escolha, criação e implantação dessas áreas protegidas.

Uma vez criado o parque, as contradições inerentes a sua implantação passam a ser detalhes frente à existência legal do parque que determina a impossibilidade de

²¹ Os parques podem ser nacionais, estaduais ou municipais.

²² Simon, 2003.

permanência humana no seu território. A partir daí, qualquer negociação ou possibilidade de solução de conflitos é estabelecida de forma desigual ou ilegítima por parte dos moradores que agora estão em uma situação de contradição legal: moram em uma área protegida que não admite gente.

Um exemplo claro da percepção da opinião pública sobre os parques deu-se por ocasião de reportagem – já citada anteriormente - do jornal O Globo que dizia *“Invasões de pobres e ricos” maior área verde em perímetro urbano, o Parque Estadual da Pedra Branca na zona oeste do rio sofre com invasões de duas mil casas de favelas e até condomínios de classe média*” A manchete teve uma repercussão tão negativa que o presidente de seu órgão administrador(IEF), André Ilha, concedeu uma entrevista na Rádio CBN para dar maiores explicações. De acordo com ele, os problemas do PEPB vinham desde a época de sua criação, uma vez que o Parque foi concebido de forma errada, no que diz respeito aos critérios de demarcação do seu território, excluindo áreas importantes do ponto-de-vista da conservação e incluindo áreas que já estavam amplamente ocupadas. Na opinião do Presidente, portanto, a solução para esta unidade de conservação só seria possível a partir de um amplo pacto e entendimento entre diferentes órgãos públicos e atores sociais. O jornalista então perguntou: *Doutor André Ilha, por que precisa haver este entendimento? A lei não é clara?*

Deste modo, a fala do presidente do IEF parece apontar que o reconhecimento por parte do Estado, de sua parcela de culpa pelo quadro atual de conflitos e problemas acumulados nos parques, é um passo importante para a construção de novos parâmetros a partir dos quais pode se estabelecer a relação entre as populações residentes em unidades de conservação e seus respectivos órgãos ambientais. Até o presente momento, a principal consequência do modelo atual de gestão vigente nos parques tem como principal consequência a ineficácia dos objetivos para os quais eles foram criados que é a conservação da natureza.

O que mudou ou está mudando na conservação?

Gostaria de voltar a um aspecto relevante da obra de Corrêa que diz respeito à sua reflexão sobre a temática ambiental, que embora escrita nos anos 30, é de surpreendente relevância contemporânea. Sua preocupação pela conservação da natureza é concebida de

forma integrada à necessidade de melhoria das condições de vida dos *sertanejos*. Nestes termos, poderíamos alinhar este autor com o que hoje dentro do campo ambiental é chamado de socioambientalismo. Sua análise torna-se ainda mais interessante quando se constata que o campo ambiental fluminense caracteriza-se pelo predomínio de uma postura conservacionista²³ que concebe de forma pessimista a possibilidade de conciliação entre natureza e sociedade, e tem elaborado reservas sem gente ou atualmente definidas como unidades de conservação integral, em sua maioria parques como é o caso do PEPB. Segundo Diegues²⁴, das 19 unidades de conservação integrais pesquisadas no estado do Rio de Janeiro, 73,6% abrigavam populações humanas, com grande número de conflitos e contradições.

Mais ainda, não se trata apenas de administrar os problemas trazidos pela criação autoritária e pouco criteriosa de parques no passado, esta modalidade de conservação continua a ser pensada como modelo ideal de conservação de acordo com gestores do Instituto Estadual de Florestas / RJ e recentemente novos parques tem sido criados por este órgão ambiental. No entanto, diante do avanço de mecanismos democráticos não parece ser mais possível criar parques como antigamente. O que mudou na conservação? Em seus aspectos ideológicos e princípios de gestão?

No caso específico do IEF, acredito que, mais do que uma reorientação ideológica, esteja em processo uma reestruturação de modelos de gestão, que buscam incorporar princípios participativos e novos parâmetros interpretativos da lei, que permitam a conciliação em alguns aspectos, entre a perspectiva conservacionista e socioambiental. Certamente estas mudanças estão profundamente relacionadas com a configuração do campo político, ou seja, de acordo com as relações políticas favoráveis ou não entre o presidente do órgão e o secretário de meio ambiente e deste com o governador do Estado e muitas vezes se tais atores pertencem ou não ao mesmo partido político. Entretanto, para fins deste artigo, não será possível descrever o processo de constituição do IEF, seu desenho institucional e formas de inserção nas políticas estaduais. Pretende-se apenas mapear alguns valores que

²³ A cidade do Rio de Janeiro, anteriormente sede do Distrito Federal, constituiu-se, desde os anos 30, como um importante centro do pensamento conservacionista, formado por ideólogos que influenciaram novas gerações e tiveram intensa participação nas políticas públicas nacionais, constituindo agências, administrando departamentos, colaborando na elaboração de códigos e, sobretudo, criando áreas de proteção restritivas ao uso humano que vem a ser os parques nacionais.

²⁴ Apud Simon, 2003, p.134.

apontam diferentes posicionamentos sobre a relação homem-natureza e acenam para mudanças nos princípios de gestão do Instituto Estadual de Florestas IEF/RJ sobre as unidades de conservação.

É interessante que dois ecossistemas brasileiros _ a Mata Atlântica e a Amazônia - parecem traduzir a oposição presente nos debates sobre unidades de conservação: de um lado o socioambientalismo, considerando a possibilidade de integração homem-natureza, e de outro, o conservacionismo, fortalecido pela representação da escassez dos recursos naturais(Simon, 2003, p.124), claramente perceptível na região Sudeste, área mais urbanizada, onde os impactos ambientais se realizaram com mais intensidade e em um período mais prolongado de tempo(DEAN, 1996). Os parques, então, parecem estar ligados a valores tipicamente urbanos, ou melhor dizendo, a uma forma urbana de perceber a natureza, orientada por uma racionalidade científica e pela busca do *homo luddens*,(DE PAULA, 2005) pelo contato e fruição dos espaços verdes. Como retrata um ex-funcionário e atual consultor do IEF/RJ ao refletir sobre como a experiência na Amazônia mudou sua perspectiva sobre a natureza.

“Em uma visão bem simplista, o homem deixou de ser natureza, e é verdade, nós criamos a nossa própria natureza: a selva de pedra. (...) Quando eu fui para a Amazônia eu tive essa visão, você se desarma. Aquilo ali é tão poderoso que você não é ninguém. Então você começa a ver como o homem é integrado a natureza. Só que o nosso problema na Mata Atlântica é que nós não nos integramos, nós destruimos a natureza, então resta tão pouco que nós entramos em processo de desespero e então, não pode nada, em detrimento até da sobrevivência do ser humano”.

De fato, os avanços em uma perspectiva socioambiental tem vindo, sobretudo, de um processo de luta de movimentos sociais, agências ambientais e diversos atores sociais na região amazônica que resultaram em novas categorias de unidades de conservação de uso direto dos recursos naturais e mudanças na legislação ambiental que conferem novos direitos às populações, que de forma mais intensa, tem sofrido o ônus da proteção ambiental. Passadas algumas décadas dessas experiências inovadoras na região Norte, percebida como a última fronteira do desenvolvimento sustentável, há ainda grande resistência na adoção de princípios socioambientais na gestão dos parques nacionais ou estaduais, em grande medida pelo reduzido poder de barganha que se colocam as populações residentes nessas áreas, que

vêm suas identidades de proprietários, posseiros, agricultores, moradores, transformadas em invasores ou criminosos por habitarem uma área que não admite gente. Contribui também para este quadro, conforme foi mostrado anteriormente, a visão dominante da opinião pública sobre os parques como espaços intocados, pela ação conservadora, legalista e não transversal dos princípios constitucionais, por parte do Ministério Público.

Apesar deste impasse, algumas exigências legais determinadas pelo SNUC, lei 9.985/2000, tais como a exigência de mecanismos participativos de criação e gestão das unidades de conservação, aliados ao amadurecimento de caminhos legais e administrativos como é o caso do uso do termo de compromisso previsto nesta mesma lei, começam a ser incorporados como instrumentos de negociação e acordo frente às populações dos parques e outros atores. Contudo esta postura é muito recente.

O SNUC, fruto de intensa mobilização de ambientalistas e movimentos sociais reflete, segundo Lima, o posicionamento de duas visões contrárias de conservação. Apesar do grande avanço no que diz respeito às reservas com gente, existe uma grande lacuna quando se discute o reconhecimento dos direitos de propriedade, posse e outros, das populações estabelecidas em áreas de proteção integral e da construção de mecanismos democráticos de solução de conflitos nas unidades de conservação integrais, em especial, os parques. O SNUC, neste sentido, foi recebido como uma lei bastante clara quanto as impossibilidades de equacionamento da permanência humana nos parques, como analisa um ex-administrador do PEPB:

“Que um dia, a gente tenha um Parque, que ele possa trazer benefício para a população, mas sempre dentro do respeito à legislação vigente. Achar que a lei vai mudar para atender comunidade que mora dentro do Parque, me desculpe, mas isso não vai acontecer nunca. Não acredito que haja concessão, sabe, para retroceder. A nossa lei ambiental é restritiva sim, é uma das melhores do mundo.”

Ao refletir sobre a hegemonia dos parques como modelo de conservação defendido pelo movimento ambientalista nos anos 80 no Rio de Janeiro, Alba Simon, atual diretora do Departamento de Conservação da Natureza no IEF-RJ destaca que estava em jogo naquele momento a luta pela garantia do acesso público a espaços que estavam sendo rapidamente privatizados pela expansão imobiliária. Desta forma, ainda que o acesso de todos se

colocasse em detrimento ao acesso de pequenas coletividades, não havia, naquele momento, uma reflexão clara sobre este aspecto, uma vez que a luta contra *os grandes* monopolizava o foco das ações. Ninguém naquele contexto²⁵ *falou em tirar pessoas do parque*²⁶. Para Simon, esta idéia só se torna explícita através da consolidação do SNUC.

Na atualidade, pode-se constatar no IEF-RJ, que a tradicional postura dos administradores que percebem a contradição entre o que diz a lei e a realidade e optam pelo *deixa como está*, tem sido substituída por uma postura de equacionamento do conflito a partir da busca de mecanismos interpretativos que permitam a negociação através de algum conforto jurídico. Uma das razões para esta mudança de orientação, de acordo com alguns funcionários, diz respeito à formação de um quadro de chefia atual do órgão formado por ambientalistas egressos da militância política e com conhecimento da administração pública.

“Há pessoas que olham as coisa de um viés puramente técnico, mas um pouco dissociada do mundo real, quando você ocupa a presidência de um órgão você tem que lidar com situações , você sabe que tem que haver uma certa margem de flexibilização porque senão você faz um papel até ridículo, porque se você não tem os meios para a aplicação plena da lei então que ao menos você procure minimizar os impactos que esta sobre o bem sob a sua responsabilidade e uma das formas é você identificar uma ocupação que seja menos nociva do que outra.” (André Ilha, atual presidente do IEF-RJ)

O posicionamento do atual presidente é significativo para pensar as mudanças pelas quais vem passando o campo ambiental fluminense. Se auto-definindo como um conservacionista, o presidente do IEF afirma que defender a criação de unidades de conservação sem gente, sobretudo os parques, *não significa fechar os olhos para os conflitos e os dramas humanos envolvidos nisso*. Na sua concepção, portanto, seria possível chegar a um bom termo de negociação com as populações que sofrem o ônus da conservação, ainda que se defenda a remoção das populações dos territórios protegidos. Também conservacionista, mas com uma visão distinta sobre a aplicação da lei, Alceo Magnanini, um dos mais representativos conservacionistas históricos, com intensa atuação na esfera federal desde os anos 50 e atualmente no IEF-RJ, afirma:

²⁶ A autora da citação refere-se ao processo de mobilização que deu origem à criação do Parque Estadual Serra da Tiririca nos municípios de Niterói e Maricá, em 1991.

“É preciso que se diga que quando se cria a lei, cessam os direitos adquiridos. Vai se discutir a indenização, mas deve cessar qualquer atividade que era exercida.”

Na defesa desta postura, parece estar a idéia de que os órgãos ambientais não podem administrar sozinhos, todos os problemas da sociedade, devem concentrar-se sobre o tema da conservação. Idéia esta que é partilhada por um dos ex-administradores do PEPB:

“Quem quer trabalhar o social não pode trabalhar com o meio ambiente. Não cabe ao administrador, nem ao IEF resolver estas questões. Trata-se de um dispêndio de energia e recursos que poderiam ser usados de outra forma caso a questão da permanência humana fosse resolvida.”

Mas se a indenização não é discutida, como fica a situação dos agricultores do maciço da Pedra Branca, que desde a criação do Parque vivem em condições ilegais? Como vão garantir seu sustento? A mesma pergunta é feita por um outro ex-administrador do PEPB:

“Como fazer com o agricultor que está lá dentro e que precisa dessa agricultura para sua sobrevivência. Agora a gente não tem alternativa para isso. O que tem sido feito até o momento é deixar como está, agora vamos tentar impedir que haja aumento da área, que haja supressão da mata nativa, que haja supressão da Mata Atlântica para que haja introdução de outras espécies.”

É interessante ressaltar nesta fala a idéia da ausência de alternativas. O que é novo no período atual é a perspectiva de que é possível fazer alguma coisa, sim, mas que deve ser feita através de novos esquemas interpretativos da lei. É bem verdade que para além do alinhamento ideológico dos gestores, deve-se levar em conta que o sentimento de impotência está ligado à posição que estes atores ocupam na hierarquia das agências ambientais e qual a conjuntura política em que é possível ou não viabilizar determinadas propostas, conforme fica bem claro na fala do presidente do IEF descrita acima.

Reconhecer-se como um socioambientalista parece, para muitos de seus funcionários, englobar princípios nebulosos e de imprecisão legal, além de não trazer a mesma distinção(BORDIEU) no campo ambiental daqueles que se auto-classificam como

conservacionistas. Além das diferenças ideológicas entre estas duas posturas (LIMA, 2002), o conservacionismo parece estar associado a um modelo de gestão que até o presente momento pôde ser realizado sem dar voz ou levar em consideração as demandas sociais.

“Eu me acho mais conservacionista, mas eu acho que se você não tiver negociação, não tiver diálogo muito forte na sua gestão não anda. Você tem que ceder em vários momentos, Ouvir e ser ouvido, porém eu tenho dois medos desta questão do socioambientalismo: primeiro que a gente responde diretamente a justiça, dia e noite e noite e dia. E o segundo ponto, eu tenho um receio muito grande que é a expectativa que a gente gerar na população, eu já vi isso acontecer em alguns conselhos, você abre tudo, poe tudo aberto em cima da mesa, vamos discutir tudo desde onde vai ser investido este dinheiro até o que fazer com aquela trilha ali e, a população começa a opinar e você começa a trabalhar com aquilo, começa a funcionar e de repente muda o contexto político do IEF. Vem um outro grupo que não quer saber de escutar a população. (funcionário do IEF e ex-administrador de um parque estadual)

Muito embora a gestão passada do IEF tenha criado os conselhos consultivos das unidades de conservação estaduais, a administração atual do órgão avalia que todos eles foram criados de forma pouco criteriosa e sem pretensões de funcionar de fato. Desta forma, em 2007, foram criadas oficinas de diagnóstico onde se buscou avaliar os principais problemas de cada unidade de conservação, as forças impulsionadoras e perspectivas de soluções para os problemas. No final de 2007, os diagnósticos foram apresentados aos membros dos conselhos e a Instituição inverteu o processo. Ao invés dos atores serem convidados a participar dos conselhos, os interessados deveriam enviar uma carta ao IEF, manifestando seu interesse em participar do mesmo. O psicólogo Gustavo Melo, responsável pela implantação dos conselhos consultivos ressalta que um dos principais desafios é fazer com que o próprio IEF entenda o que é gestão participativa. Esta fala é reveladora do quadro atual de mudanças institucionais que podem reorientar as formas de relacionamento entre o órgão responsável pelas unidades de conservação do estado e as populações residentes em seu território e entorno.

Referências Bibliográficas

ALVES, Patrick Maia Elder. A configuração moderna do sertão. **Sociedade e Estado**, Brasília: v.19,n.2, jul./dez.2004. disponível em: <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Maria_Sarita_Mota.pdf> Acesso em: 06 jan. 2008.

AMADO, Janaína. região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v.8, n.15, p. 145-151,1995. Disponível em: http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Maria_Sarita_Mota.pdf Acesso em: 06 jan.2008.

BARRETO FILHO, Henyo T. Preenchendo o buraco da rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. In: ESTERCI; LIMA; LÉNA. **Boletim Rede Amazônia**. Ano 1, n.1, IRD, PPGSA/UFRJ, NAEAUFPA – Rio de Janeiro/Belém, 2002.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

_____. Las estructuras sociales de la economia. Barcelona: Anagrama, 2000.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA; MOREIRA, BRUNO. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CORRÊA, Armando Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

COSTA, Nadja Maria. **Análise do Parque Estadual da Pedra Branca por geoprocessamento**: uma contribuição ao seu plano de manejo. 2002. 310p Tese (Doutorado em Geografia) – IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DE PAULA, Silvana G. Natureza, ruralidade e experiência urbana. In: MOREIRA, José Roberto(Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia Brasileira. In: _____; LIMA; LÉNA. **Boletim Rede Amazônia**. Ano 1, n.1, IRD, PPGSA/UFRJ, NAEAUFPA – Rio de Janeiro/Belém, 2002.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. “Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano”. **Hist. cienc. Saúde, Manginhos**, vol.12, n.3, Rio de Janeiro Set./Dec. 2005.

FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

LEAL, Pedro Fonseca. Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social. Niterói, 2005. 81f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LIMA, Deborah. Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea. In: ESTERCI; _____; LÉNA. **Boletim Rede Amazônia**. Ano 1, n.1, IRD, PPGSA/UFRJ, NAEAUFPA – Rio de Janeiro/Belém, 2002.

MOREIRA, José Roberto(Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. O sertão como recorte espacial e como imaginário social. **Politéia: história e sociedade**, Vitória da Conquista, v.3, n.1, p.153-162, 2003. disponível em: <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Maria_Sarita_Mota.pdf > Acesso em: 06 jan.2008.

PAULINO, Stefano Mendes. As cidades e as serras: espaço e identidades sociais na construção da ruralidade. In: MOREIRA, José Roberto(Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: _____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo:Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Leonardo.; RIBEIRO, Jayme. O que querer vender quer dizer: urbanização e conflitos de terra através dos classificados imobiliários do Sertão Carioca(1927-1964).Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/24%20GT%20Leonardo%20Soares%20dos%20Santos,%20Jayme%20L%C3%BAcio%20Fernandes%20Ribeiro.pdf>> Acesso em: 3 set. 2006.

SARMENTO, Carlos Eduardo. “Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

SIMON, Alba Valéria Santos. Conflitos na conservação: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Dissertação(Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

SOARES, David Gonçalves. Parque Estadual da Pedra Branca e Comunidade Monte da Paz: tensões e conflitos para os moradores de uma área protegida. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão**. Relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: ed.UFRP, 1998.

VIANNA, Hélio. **Baixada de Jacarepaguá**: sertão e zona Sul. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.